

TURISMO DE EXPERIENCIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ANÁLISE PARA DESENVOLVIMENTO LOCAL EM CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO – SE

Laura Almeida de Calasans Alves¹

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo analisar possibilidades de interação com comunidades locais, através da aplicação do entendimento do turismo de experiência e a economia solidária que vise desenvolvimento local. Para este estudo utilizou-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório descritivo, com técnicas de observação in loco e entrevistas. Observou-se um descontentamento com a prática turística que vem sendo desenvolvida no município de Canindé de São Francisco, em Sergipe, uma vez que não há associações ou cooperativas que participem da economia local. Desta forma não há um empoderamento dos bens/atrativos locais pela comunidade, assim como não incentivo aos colaboradores locais.

Palavras-chave: Turismo de Experiência. Economia Solidária. Canindé de São Francisco

1 INTRODUÇÃO

O turismo vem se desenvolvendo enquanto atividade social e humana que gera produção de bens e serviços que visam à satisfação de turistas pela busca em obter não viagens, mas experiências em lugares diferentes que possibilite conhecer culturas e modos de vida diferente. Esse pensamento contemporâneo propõe a estabelecer uma relação social, cultural, espacial e política com os atrativos locais, fortalecendo laços, ancorado em um saber fazer comunitário, com novas formas de organização da atividade, que impõem ritmos à sociedade.

Buscar discutir a economia popular como forma de desenvolver políticas públicas para desenvolvimento local sustentável em Canindé de São Francisco, município localizado no sertão de Sergipe, através de práticas de turismo de experiências abre possibilidades de ações participativas de autogestão dos processos de trabalho e definições de estratégias de forma a gerar uma consciência coletiva, como movimento de reprodução da vida, de forma a satisfazer e envolver moradores e turistas, salvo exprimir a racionalidade desleal na alocação de recursos/atrativos turísticos que já estejam envolvidos em uma dinâmica econômica tradicional, mas que passe a desenvolver uma economia solidária onde todos que trabalhem possam se sentir donos dos meios de produção, não somente por valor material, mas na premissa de preservação dos seus bens pertencentes a todos, em uma autogestão, dentro de um modelo sustentável que

¹ Doutoranda em Arqueologia na Universidade Federal de Sergipe. Laura.calasans@gmail.com

promova o empoderamento da comunidade que passa também a praticar um turismo de experiência através de habilidades de aprender a conhecer, a fazer e conviver.

2 TURISMO DE EXPERIÊNCIAS – UMA PROPOSTA SOCIAL

Entender o turismo é considera-lo parte de um processo fenomenologia, o que é bastante complexo. Conhecer como esse conceito se forma ao longo da história é um começo, onde somente através deste contexto poderemos construir as possibilidades do turismo ser um agente social de mudanças na vida de uma comunidade.

A atividade turística já vem sendo praticamente muito antes do seu conceito, é inerente a existência humana na terra, desde os primórdios, o homem buscava meio de sobreviver e para tal se deslocava de um local para o outro em busca de alimentos, sofrendo com a ação dos animais selvagens, tempestades, mudanças climáticas bruscas, e outros. Como parte integrante e modificante do meio ambiente como componente e ativo, ele passa a entrar em contato com a materialidade através dos meios de produção. No período mesolítico, ele passa a “dominar” todo ao seu redor, de forma antropocêntrica e egocêntrica. Assim ficou residência, domesticou animais, dominou o fogo, criou a divisão do trabalho, enfim o inicio das sociedades.

Caracterizado Tradicional, moderno, foi estabelecido no século XVI, com as chamadas Grand Tours, que eram viagens organizadas como jornadas de estudos, que chegavam a durar de dois a três anos, eram empreendidas por jovens nobres e burgueses ingleses. Elitista, desenvolvido em cima de um modelo fordista de produção, o que o denominou turismo de massa, conceituado por Ruschmann (2000), como sendo um grande volume de pessoas que viajam em grupos ou individualmente para os mesmos lugares, geralmente nas mesmas épocas do ano, motivados pela organização de pacotes. Elitista, o turismo passa a ser apresentada a população global, consumido pela massa enquanto atividade meramente econômica.

Concomitante a propagação de sua prática, emerge o turismo cultural, ratificados pelas viagens intelectuais. Viajar segundo Rodrigues (2006), era motivo de aquisição de obras e arte, visitas a monumentos na antiguidade e de aprendizado de outras línguas e costumes de outros povos, compravam. De acordo com Williams (1998), essas viagens eram motivadas pela busca ao passado, a contemplação das estruturas antigas e a compreensão dos mecanismos que as produziram, tornando importante na definição de turismo cultural e o motor desta nova economia das cidades. A atividade e seus agentes, as pessoas que praticam o turismo, tem na ideia de cultura, um dos principais pilares.

Contudo o fato é que gerou uma mercantilização cultural, formando uma sociedade em consumista, alimentado o paradigma do modelo capitalista. Para tal Woodward (2007) faz uma interessante análise através de abordagens de Carl Marx e a teorização dos objetos como mercadoria, alimentado pelo sistema capitalista, relacionando os meios de produção em detrimento do consumo, encarados pelas relações de trabalho humano escravizado, do tempo de trabalho cristalizado, onde as pessoas fabricam o que acreditam serem suas necessidades básicas, contudo o que importava para forma marxista era produzir em massa para alimentar o capitalismo, não levando em consideração à relação objeto e pessoas, o que levou a uma alienação em massa.

Dentro da abordagem feita por Woodward (2007), na sociedade de consumo, a cultura material do fato, do ponto onde os consumidores e objetos são produzidos em massa são encontrados e utilizados pelos indivíduos, negociando os seus próprios significados e incorporando tais objetos pessoais em seus repertórios culturais e comportamentais, muitas vezes difíceis e por vezes reproduzindo estrutura social.

A questão que norteia a prática é a ideia de que esta é uma atividade de gera inúmeros impactos negativos, seja nos aspectos sociais, ambientais, cultural e outros. Contudo é importante salientar que o turismo mudou, e que este hoje passa a ser entendido como uma atividade social, cultural e ambiental, por tanto humana, que pode elevar a qualidade de vida de uma comunidade através dos aspectos econômicos dentro e fora do sistema capitalista de produção. Uma prática que pode proporcionar experiências únicas tanto para quem usufruir quanto para quem a produz.

A modalidade de turismo de experiência perpassa da essência da prática social do turismo. Para entender esta nova forma de fazer turismo faz necessário entender em qual momento, a atividade passa do entendimento meramente econômico para o social e ambiental.

A origem do turismo social² tem seu preceito na literatura europeia datada no período de guerras no século XX, como descreve Falcão (2006) que foi a partir da década de 20, onde países como Itália, União Soviética e Alemanha criaram incentivos para que trabalhadores de baixa renda tivessem acesso ao turismo. No Brasil esse conceito ganha força através dos movimentos trabalhistas, ocorridos nas décadas de 30 e 40 sob a pressão do modelo industrial de produção, onde se reivindicava mais tempo livre e melhor qualidade trabalhista, onde havia a necessidade da criação de programas de assistência

² Forma de promoção de um turismo que visa a inclusão e democratização da sua prática e comercialização de produtos e serviços, de forma a garantir sustento e renda para todos os atores envolvidos nesta atividade.

social e qualidade de vida, como apontado por Corrêa (2008, p. 8), “Estado e empresários optam em investir em programas de assistência e bem-estar social para a classe trabalhadora com a intenção de criar mecanismos de controle mais sutis, capazes de ‘adaptar’ e ‘ajustar’ o contingente de mão-de-obra às novas relações de trabalho”.

Tais reivindicações resultaram em um avanço para prática turística, que vem se configurando nesse contexto social como um elemento transformador, que promove inclusão social pela utilização de bens e serviços do arranjo produtivo³, proporcionando um aproveitamento racional de recursos utilizados em uma proposta de formatar e criar modelos sustentáveis para sua prática. Por outro olhar é uma oportunidade de democratizar o turismo, minimizar os possíveis impactos que possam vir a surgir com a inserção da prática em uma localidade.

A mudança no olhar sobre a prática turística já vem sendo apontada por teóricos do Turismo como Beni (2003) e Locks (2007), onde há uma migração do modelo econômico para uma modelo de experiências, pautado em estabelecer uma ligação mais afetiva com o local visitado, e promover maior interação com a comunidade local. É a busca pela experiência social, não como um produto mas como uma filosofia de vida, uma vivência experimentada em bases locais.

Buscar possibilidades em desenvolver o turismo de experiências, através da economia solidária, emerge na proposta de inclusão através do empoderamento de seus atrativos e serviços, uma real troca sociocultural, em perspectivas únicas, na sua relação tempo espaço. Causar a emoção de estar em contato com outros povos, aprendendo, se integrando.

O turismo de experiências, segundo Sun Tung e Ritchie (2011) é um conjunto de avaliações individuais (afetiva, cognitivo e comportamental) de eventos relacionados à ação turística. São experiências naturais, não intencionadas, vivenciadas em locais autênticos, dentro do cotidiano local, criando laços e fortalecendo as relações entre visitante e comunidade.

O fortalecimento entre atores sociais envolvidos no processo, pode gerar a capacidade de incentivo e boas propostas que identifiquem as potencialidades locais reforçando a ideia de que estado, mercado e sociedade civil devem andar juntas na mesma direção, interagindo e promovendo o bem estar da coletividade.

Essa interação levou vários estudiosos e profissionais a entender que o tipo de sociedade que construímos é de extrema importância para o crescimento econômico. Nos

³ “As aglomerações produtivas encontram-se geralmente associadas a trajetórias históricas de construção de identidade e de formação de vínculos territoriais (regionais e locais), a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum” (CALLEFI e SOUZA2005, p. 166).

debates sobre desenvolvimento termos como capital humano, físico ou natural são constantemente usados, o que gerou dentre muitos debates a importância do social para o econômico (SACHS E LAGES, 2001).

Já exemplos desta prática, o programa “*Tour Experiência*”², uma parceria entre o SEBRAE e Ministério do Turismo, onde apresentou dentre vários resultados qualitativos uma expectativa de quais seriam as memoráveis, sendo elas: Interação com a população local, abstração – desligar-se de tudo, sentidos e emoções, vivência da cultura, contemplação com a natureza, *crescimento pessoal, autoconhecimento, gastronomia diferente, dentre outros*. O programa prevê analisar as peculiaridades de cada lugar, elencando a cultura, através de experiências associadas aos sentidos e a um contexto histórico, a magia inserida naquele ambiente, compõe uma identidade local, através de histórias e fatos. Um determinado lugar ganha um valor adicional quando está inserida a autenticidade da cultura local. (TOUR DA EXPERIÊNCIA, 2010).

No turismo de experiência cria-se possibilidade para exprimir o máximo de experiências por parte do visitante, e é importante frisar que palavra possibilidade não significa que esta modalidade tem como objetivo “mercantilizar”, mas como Pines II e Gilmore (1998) advertem é mais no sentido de explicar a nova interação indivíduo/comunidade/turismo. Uma experiência ocorre quando forma-se arranjos produtivos turísticos, possam trabalhar em formação de uma rede que estabeleça forma de inclusão, e fortalecimento da identidade local, a fim de engajar os visitantes a um evento memorável (PINES II E GILMORE, 1998).

Maldonado (*apud* Bartholo, 2009) faz uma análise desta interação que deve haver entre o turismo e população local, como saída estratégica no desenvolvimento da localidade, propondo uma autogestão do turismo, na qual a comunidade deve assumir um importante papel de planejamento, operação, fiscalização e desenvolvimento. Tenório e Barbosa (2008) afirmam que a ação do turismo deve respeitar as diferenças, incorporando a igualdade de oportunidades, estimulando assim a ética no consumo, oferta e produções dos benefícios da atividade turística seguindo uma perspectiva de turismo sustentável. Conseguir quebrar as barreiras do turismo tradicional para um turismo social, mais integrado. Conforme demonstra o quadro 1:

TURISMO TRADICIONAL	TURISMO SOCIAL
Turista se isola	O turista se integra
Concentração de benefícios	Distribuição de benefícios
Receita	Riqueza
Objetivo do desenvolvimento macroeconômico	Objetivo do desenvolvimento integral
Comunidade a serviço do turismo	Turismo a serviço da comunidade
O turista consome	O turista aprende
Expansionismo Científico	Ordenamento programático
Crescimento sem limites	Limites em prol do bem estar

Quadro 1 – Diferença entre o Turismo Tradicional e Turismo Social

Fonte: Barbosa, 2008

Para Gastal (2002), o turismo é uma experiência social que envolve pessoas que se deslocam no tempo e no espaço em busca de prazer e diversão que atendam não apenas as suas necessidades físicas imediatas, mas também os seus imaginários. Conforme se acentua, “a uniformização como uma das tendências da globalização, a possibilidade de vivenciar culturas locais tende a tornar-se um diferencial poderoso” (DIAS, 2003, p.19).

Sendo assim, emerge a necessidade de compreender e visualizar a atividade turística sob um olhar aquém do que sugere seu conceito inicialmente discutido, como sendo uma atividade meramente econômica. As recentes discussões no turismo destacam que multiplicidade de fatores envolvidos no turismo vão além deste conceito econômico, pois entendê-lo não apenas sob a ótica econômica, enquanto indústria que observa o olhar turista (ou efeito econômico que este deixa nos núcleos receptores), mas, sobretudo, a ótica da comunidade local, e, portanto, dando um destaque maior à atividade turística através desenvolvimento local.

Presume-se, que a partir deste estudo será possível compreender que o turismo de experiência pode contribuir para fortalecimento da identidade local, afim de que a comunidade possa entender que o turismo pode ser um divisor de águas, gerando renda e possibilitando a criação de arranjos produtivos locais, através de gestão participativa em que todos opinem e contribuam sendo possível pensar e contribuir na construção de uma proposta de comunidade e localidade mais inclusiva e integrada.

3. A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FERRAMENTA PARA DESENVOLVIMENTO LOCAL

Para Costa (2003) um dos grandes desafios está diante da enormidade dos problemas sociais e do recuo do Estado em relação à questão social, os cidadãos e a sociedade são conclamados a compartilhar responsabilidades na resolução desses problemas. Esse desafio atual está em encontrar um consenso sobre o quê, quem e como se responder aos anseios da sociedade em relação ao seu bem-estar, como coletividade. A questão é: que devemos fazer coletivamente – e não individualmente – para que as ações sociais resultem do envolvimento tanto da motivação individual para uma ética solidária constitutiva da coesão social, quanto da garantia da “responsividade” do Estado face aos cidadãos.

Neste aspecto o termo capital social tem sido identificado como um componente integral do desenvolvimento econômico e social, que molda a quantidade e a

qualidade das interações sociais de uma sociedade. Reconhecendo o potencial desse conceito, o turismo vem-no usando para investigar e analisar como e de que forma o capital social promove a interação da comunidade com atividades turísticas, de modo a participarem ativamente e a beneficiarem-se do processo de desenvolvimento.

Putnam (2000) resumia o conceito de capital social em redes, normas e confiança. Para o autor, os valores cidadãos democráticos poderiam beneficiar o associativismo, criando um retorno positivo sobre a divulgação desses valores, fortalecendo redes de prova densa e valiosa, normas que envolvam as ações individuais e as relações sociais, e confiança que tende a parecer psicologicamente complexa sendo como qualquer outra forma de capital, ou seja, físico ou capital humano social, produtividade futura dos indivíduos e grupos da sociedade civil, mesmo não sendo principalmente econômica e tendo como seu primo conceitual, a comunidade.

Ponchirolli (2002) aponta a necessidade em reconhecer novos paradigmas para promover o desenvolvimento de uma localidade dentro da lógica do capitalismo, novas formas de arranjos produtivos, que busquem além crescimento econômico, o social e ambiental. Hoje é consenso que a era industrial se esgotou e que a sociedade do conhecimento emergiu como nova modalidade econômica social. O turismo está dentro das perspectivas de novo paradigma, isso se deve a toda uma produção global gerada pelo turismo, ancorada em um saber fazer comunitário, baseada nas novas formas de organização da atividade, que impõem ritmos à sociedade.

Segundo Zaoual (2009), o resultado dessa nova forma de fazer turismo, gerou uma demanda torna-se cada vez mais exigente, variada e variável. Para o autor, ela tende a se focar cada vez mais na qualidade, exprimindo a necessidade da cultura local e meio ambiente. Este fato faz com que haja um aumento na procura por destinos que vem a refletir a autenticidade e profundidade do intercâmbio intercultural de uma parte e harmonia com a natureza e memória (imagem) dos lugares visitados em outro lugar. Tais exigências colaboram na coibição e quebra da oferta do turismo de massa, dando lugar a um novo paradigma de desenvolvimento para a atividade, mais preocupado com a interação da comunidade com os visitantes, gerando uma recente discussão de um novo segmento, o turismo comunitário ⁴.

O aprender a conhecer, a fazer e a conviver, tornaram habilidades e competências principais no mercado competitivo. A necessidade de conhecer o ser

⁴ Coriolano (apud Bartholo, 2009), afirma que o turismo de base comunitária é o futuro da atividade turística, onde a comunidade de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das atividades associadas à exploração do turismo.

humano enquanto forma de capital, tornou-se o grande desafio. Pois o capital humano é dotado de características fundamentais ao desenvolvimento global e local, visto a necessidade de torna-se mais ativo às questões do estado e das ações de mercado (PONCHIROLLI, 2002).

Com isso é possível um caminho pautado na economia popular ou solidária como alternativa de desenvolvimento local socioeconômico em uma proporção de esforços com base de motivação em agregar recursos pessoais e de outras organizações para beneficiamento, crédito, produção, comercialização e consumo (CORAGGIO, 1997), contudo para tal faz-se necessário despertar o sentimento de posse da comunidade envolvida, de empoderamento de seus bens/atrativos, e nesta ideia que o turismo de experiência torna-se importante aliado.

A economia solidária nasce da prática, partindo de renovar modelos tidos como de desenvolvimento, mas é necessário, primeiramente informar e ouvir das comunidades sobre o turismo, os benefícios e malefícios e de que forma este poderá beneficiar uma comunidade, somente desta forma poderá surgir iniciativas que venham de demandas da sociedade civil, nascendo assim empreendimentos ou grupos sólidos e fortalecidos. No entanto para trabalhar bases da economia solidaria são necessárias práticas solidárias, que possam inserir as comunidades nos serviços solidários, e que estes possam envolver a atividade turística, em uma perspectiva de melhor qualidade de vida.

Seu conceito diz que:

Economia Solidária é hoje um conceito amplamente utilizado dos dois lados do Atlântico, com acepções variadas, mas que giram todas ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento padrão nas sociedades capitalistas. O conceito se refere a organizações de produtores, consumidores, poupadores etc., que se distinguem por duas acepções: (a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos (SINGER, 2003, p. 116).

Em perspectivas de inclusão, Jesus e Mance (2003) aponta que é necessário que a exclusão seja compreendida como a ação endógena, de pôr fora o que estava dentro, que se manifesta visivelmente na condição de desemprego e da falta de oportunidades. A inclusão, por sua vez, pode ser entendida como o processo ou situação de participação como ator e beneficiário, em contextos de oportunidades de trabalho e de distribuição da riqueza produzida ou ainda de políticas públicas.

3 DISCUSSÃO E RESULTADOS ALCANÇADOS

Neste sentido a economia solidária em Canindé de São Francisco, pode consistir em um novo modo de produção. Localizado no sertão sergipano, o município apresenta um acervo de atratividade turística natural e cultural, que vão de cânions navegáveis, acervo arqueológico, dança, gastronomia, dentre outros. A região hoje compõe o Polo Turístico Velho Chico, que vem sendo contemplado por ações de investimento do Programa de Desenvolvimento Turístico Nordeste – PRODETUR, que tem como um de seus objetivos promover o desenvolvimento local sob viés da sustentabilidade, em perspectiva de equidade social e preservação ambiental, salvo gerar renda a comunidade beneficiada.

Contudo o que pode ser observado é que não há uma justa distribuição ou fomento de economias de base local dentro do circuito de comercialização turística da região. Um outro entrave é a falta de pertencimento de seus bens naturais e culturais por parte da população locais, que em muitas vezes desconhecem seus atrativos. Faz-se necessária ampliar esta discussão a fim de que possamos sugerir e implantar ações de base de economia solidária local, utilizando-se de premissas do turismo de experiência.

Em uma oficina de educação patrimonial realizada no mês de novembro de 2015, no povoado de Curituba, no município de Canindé de São Francisco/SE, com alunos de escolas públicas, com faixa etária entre 05 e 18 anos, foram desenvolvidas inúmeras atividades com temas acerca de cultura, memória, patrimônio, natureza, e arqueologia observaram-se em muitos momentos como os alunos conhecem seus bens materiais, mas não com sentido de preservação ou conservação, mas como parte de um contexto social e porque não dizer político. Referentes à oficina vários pontos foram levados a uma reflexão: A ideia de que o patrimônio só é patrimônio para nós pesquisadores, para eles são apenas recursos para lazer, pesca ou outra atividade de subsistência; De que a não realização de ações como essa compromete a memória coletiva, as heranças culturais daquela comunidade, que se encontram inseridos no contexto da massificação da cultura sem elementos autênticos da sua realidade; e, por fim, de que embora inseridos neste contexto, há interesse em aprofundar o conhecimento sobre seus bens culturais, ampliação do conhecimento pelas suas riquezas, de forma a fomentar e incrementar renda familiar.

Outra premissa que ressalva a necessidade de criação de associações e cooperativas de base local envolvendo o turismo na região é sua própria prática. O maior atrativo da região são os cânions navegáveis pelo Rio São Francisco, contudo os

benefícios dessa prática turística beneficiam empresários do ramo turístico da capital do Estado Aracaju, e alguns empresários locais. O fato é que muitas práticas solidárias poderiam estar associadas ao turismo local, como restaurantes residenciais, feiras livres, canoeiros, guias e tantas outras. O site Sergipe Trade tour⁵ elenca vários atrativos da região e dentre eles está a goiabada, que não é encontrada com facilidade na região, e não há registro do modo de fazer. Mais uma necessidade e possibilidade de estruturar a atividade através de práticas solidária. Nessas análises, é destacado pensar a organização das formas de solidariedade que, por sua vez, “estruturam as atividades econômicas e contribuem para uma ação pública necessária ao estabelecimento de uma sociedade que se quer democrática (LAVILLE, 1994, p. 30).

A questão é que a atividade turística desenvolvida, não beneficia o município de Canindé de São Francisco, quem visita os cânions não utiliza os produtos locais e não para na cidade, e muito menos pernoita na cidade. E partindo da ideia de desenvolvimento, para Costa (2003), o desenvolvimento é essencialmente uma estratégia quando as ações são inter-relacionadas, onde os indivíduos estabeleçam relações humanas que enriqueçam sua existência através de novas formulações que enfatizaram a necessidade de uma integração entre diversidade cultural, sustentabilidade, o desenvolvimento humano, e fomento de economias locais que gere possibilidades de desenvolvimento local. Para Zapata (2004), o desenvolvimento local é denominado desenvolvimento endógeno por estar está intrinsecamente ligado ao conceito de empoderamento e fortalecimento da comunidade cujo contempla valores como autonomia, democracia, dignidade da pessoa humana, solidariedade, equidade e respeito ao meio ambiente.

4 CONCLUSÕES

Entender que possa existir justa distribuição de resultados oriundos da prática turística local, nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de autogestão e melhorias de qualidade de vida dos atores envolvidos, em sua relação com o meio ambiente, na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável das atividades em Canindé de São Francisco é viável e torna-se base territorial para efetivo desenvolvimento turístico local.

Vivenciar e experimentar o local respeitando toda suas riquezas e cultura local, traz possibilidade de incentivo tanto a quem visita em conhecer a autenticidade e

⁵ Disponível em <http://www.sergipetradetour.com.br/conteudo.php?sb=11>, acesso em 10 de fevereiro de 2016.

realidade local como forma de agregar valor e permitir que essa pessoa muda sua percepção da vida, assim como para a comunidade é uma forma valorizar seus espaços, gerar renda, criar recepção de valorização cultural e ambiental, elevação de qualidade de vida, dentre outros.

Para tal a elaboração de políticas públicas e manutenção destas, construídas através de uma política participativa que permitam a competitividade, na busca pela sustentabilidade turística, torna-se o grande desafio do desenvolvimento turístico. Participação, confiança, respeito, solidariedade, preservação, conservação, e outros são elementos fundamentais para que a atividade turística se estabeleça. A comunidade receptora é fundamental para fechar este processo, ela precisa aceitar o turismo enquanto agente catalisador de oportunidades, em todos os sentidos. Em muitas cidades o turismo não é bem quisto por entender que traz prejuízo local. Porém a atividade se construída com a participação da comunidade possibilita monitorar os impactos e gerar um desenvolvimento saudável a destinação turística. Fomenta o chamado sentimento de pertencimento promovido pela economia solidaria.

REFERÊNCIAS

BARTHOLO, Roberto; SANZOLO, D.G., BURSZTYN, Ivan (Orgs). **Turismo de Base Comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora Letra e Imagem, 2009.

BENI, Mário C. **Análise Estrutural do Turismo**. 7. ed. São Paulo. SENAC, 2003.

CAMPOS, A. C.; CALLEFI, P.; SOUZA, J. B. L. A teoria de desenvolvimento endógeno como forma de organização industrial. **Acta Scientiarum**. Human and Social Sciences, Maringá, v. 27, n. 2, p. 163-170, 2005. Disponível em: . Acesso em: 28/07/2015.

CARTILHA DO TOUR DA EXPERIÊNCIA, elaborado pelo Instituto Marca Brasil por solicitação do Ministério do Turismo e SEBRAE – 2010.

CORAGGIO, José (1997). Alternativas para o desenvolvimento humano em um mundo globalizado. In: **Proposta: revista trimestral de debates**, Ano 26, nº 72. São Paulo: FASE.

CORREIA, A. A. A. A construção da modernidade e o controle do não-trabalho na sociedade brasileira: uma análise comparada do Serviço de Recreação Operária (SRO) e o Serviço Social do Comércio (Sesc). **Anais do XIII Anpuh-Rio**, 1-12. (2008).

COSTA, M. A. N. Sinergia e capital social na construção de políticas sociais: a favela da Mangueira no Rio de Janeiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 21, p. 147-163, 2003.

DIAS, Reinaldo. Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

FALCÃO, C. H. P. (2006). Turismo social: em busca de maior inclusão da sociedade. In Carvalho, C. L. de e Barbosa, L. G. M. (Ed.) **Discussões e propostas para o turismo no Brasil** (pp.127-145). Rio de Janeiro: Senac Nacional.

GASTAL, Susana. Lugar de memória: por uma aproximação teórica ao patrimônio local. In: GASTAL, Susana (org.). **Turismo: investigação e crítica**. São Paulo: Contexto, 2002.

JESUS, P.; MANCE, E. Exclusão/inclusão. In: CATTANI, Antônio David (Org.).

A outra economia . Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

LAVILLE, Jean-Louis; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFGM, 2004.

LOCKS, Eliza B.D. **Prestação de serviços personalizados**. Palhoça: Unisul Virtual, 2007.

PONCHIROLLI, Osmar. (2002) O capital humano como elemento estratégico na economia da sociedade do conhecimento sob perspectiva da teoria do agir comunicativo. **Revista FAE**, v.5, n.1, p.29-42, jan./abr. Disponível em: .

PUTNAM, Robert, D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro, 2ª edição, Editora FGV, 2000.

SACHS, Ignacy. LAGES, Vinicius N. Capital Social e Desenvolvimento Local: novidade para quem?. In **Conferência Regional sobre capital Social**. Paper Orgs CEPAL y Universidad Del Estado de Michigan, Santiago, Chile. 2001.

SINGER, Paul. Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p.116-125.

SUN TUNG, Vincent Wing, RITCHIE, J. R. Brent. Exploring the essence os memorable tourism experiences. **Annals of Tourism Research**, vol. 38 nº 4 pp. 1367-1386, 2011.

RODRIGUES, Marly, Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo, PELEGRINI, Sandra. C.A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

URRY, John. **O Olhar do turista**. São Paulo: Sesc/ Studio Nobel,1999.

WILLIAMS, S. **Tourism Geography**. London: Routledge. 1998.

WOODWARD, Ian. **Understanding material culture**. London: Sage Publications, 2007.

ZAPATA, Tânia et all. **Gestão participativa para o desenvolvimento local**. Recife: Instituto de Assessoria para o desenvolvimento humano, 2004. Disponível em: < <http://www.iadh.org.br>>. Acesso em 06 de novembro de 2010.